

REDES ECONÔMICAS SOLIDÁRIAS E DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS EMANCIPATÓRIAS NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Tobias Damião Corrêa³⁷

RESUMO

Este texto tem como objeto o estudo das redes de economia solidária enquanto mecanismo de desenvolvimento social. Seguindo a perspectiva proposta, acentua-se a reflexão do tema na análise das multifacetadas e complexas características da fluida realidade contemporânea, a qual emerge a partir da crise do projeto da modernidade e revela um cenário social extremamente degradado, no qual a produção de seres humanos descartáveis se apresenta como fato rotineiro e crescente. Sob este viés se analisa as significativas e prejudiciais transformações nas relações de trabalho, materializadas dentro do contexto de desemprego, precariedade e flexibilidade das esferas ocupacionais. Por fim, acentuam-se as possibilidades emancipatórias que surgem por meio da articulação das experiências econômicas solidárias em redes de colaboração, as quais apresentam a capacidade de integrar as inúmeras práticas locais de economia solidária em um movimento contra-hegemônico em prol de um mundo mais justo e solidário.

Palavras-chave: Desenvolvimento, redes de economia solidária, inclusão e emancipação social.

ABSTRACT

The main goal of this text is the study of the solidarity economy nets as a mechanism of social development. Following this perspective, it is given an especial attention to the analysis of the multiple and complex characteristics related to the fluid contemporary reality, which emerges from a crisis in the modernity project and reveals a degenerative social scenario, as well as, a daily and rising production of dismissible human beings. Under this point, the capitalistic system is historically analyzed as a protagonist of significant and harmful changes in the working relationships; what leads to an increase of refuted people in the current society. Afterwards, it is discussed the origins, meanings and the several peculiarities of the solidarity economy as an alternative to the historical exclusive context faced mainly by the weakest social groups. Finally, it is elicited the emancipatory possibilities which come through the experience of the solidarity collaboration nets. It is also presented the integration capability of numerous solidarity economy local practices in an anti-hegemonic movement that seeks to build a fairer world and more solidarity towards people.

Key Words: Development, solidarity economy nets, inclusion and social emancipation.

³⁷ Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania (UNIJUÍ-RS). tobiasdoitai@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O limiar do terceiro milênio passa a se constituir em um *locus* privilegiado de reflexão e de crítica sobre a trajetória muitas vezes confusa, desconcertante e ao mesmo tempo esperançosa que marcou a civilização ocidental. Não se trata, sem dúvida, de uma evolução linear, vista como um avanço progressivo rumo a um sempre maior bem-estar da humanidade.

A caminhada humana pode ser melhor percebida como um processo dialético, marcado por flagrantes ambigüidades, de construção do ser-no-mundo sob o signo da contradição, em que períodos de sombras e de luzes se alternam. Do ponto de vista das construções sociais o lapso atual revela um cenário preocupante, uma vez que importantes modificações estão em curso e afetam, de maneira singular, as esferas ocupacionais, re-significando o trabalho dentro de um horizonte de flexibilidade, mobilidade e precariedade, além de expor de maneira contundente o problema do desemprego. Em vista desse contexto os laços sociais de cunho coletivo começam a apresentar fissuras, uma vez que as principais construções coletivas se davam a partir das relações de trabalho, atualmente tornadas precárias.

A constatação dessas modificações afeta sobremaneira a problemática da presente geração, que vivencia os primórdios do século XXI, obrigando-a a formular uma indagação fundamental: como se situar no presente estágio da civilização, tanto em termos de valores sócio-culturais quanto de condições econômicas e políticas necessárias para uma ordenação justa e solidária da sociedade contemporânea?

2. PRECARIZAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO, MOBILIDADE E FLUIDEZ DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Os diversos processos de globalização³⁸ em curso e o avanço e predomínio das práticas econômicas capitalistas de cunho neoliberal³⁹, minaram incisivamente a

³⁸ De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2004, p. 244) o termo globalização só deveria ser empregado no plural, uma vez que o discurso a respeito do tema consiste numa história geralmente contada pelo lado "vitorioso". Diante disso o referido autor identifica quatro formatos relativos à globalização: *localismos globalizados*, *globalismos localizados*, *cosmopolitismo* e *patrimônio comum da humanidade*.

³⁹ O principal teórico do neoliberalismo é Friedrich August Von Hayek. Sua principal tese, exposta na obra *Direito, legislação e liberdade* (1985), defende que a idéia de justiça social, preocupada com a distribuição equitativa dos bens materiais e que exige a intervenção do Estado no mercado, é uma miragem, ou seja, uma visão sedutora mas enganosa. Sua crítica ao Estado de Bem-estar social tem por base os argumentos de que a intervenção do Estado na economia conduz ao totalitarismo e que o mercado constitui uma *ordem espontânea*, não controlável pelos

capacidade operacional do Estado-nação, o qual não mais consegue suprir eficazmente as necessidades das coletividades. Por conseguinte a vida social se desenvolve dentro de um paradigma ordenado por uma lógica mercadológica hostil. Isso acarreta importantes alterações, pois a segurança se torna incerta, uma vez que os governos perdem o controle sobre os fatores econômicos, o qual passa a depender do jogo livre das forças do mercado. Paralelamente, a emergência da “sociedade informática”⁴⁰ gera processos organizacionais diferenciados e diferenciadores nas esferas ocupacionais, os quais repercutem em um encolhimento estrutural da quantidade global de trabalhos disponíveis, na precarização das condições de trabalho e na diminuição do tempo de serviço. Diante desse contexto, o que se percebe é que a economia necessita apenas de certa fatia da força de trabalho global para funcionar⁴¹, tornando-se uma grande parcela da população economicamente supérflua. Dentro dessa lógica, Paul Singer (2006, p. 11) esclarece:

Todo mundo, no mundo inteiro, fala do desemprego. A falta de bons empregos – de empregos que pagam e oferecem estabilidade, perspectivas de carreira, seguro-desemprego, seguro contra acidentes, enfermidades, velhice e morte – é sentida em praticamente todos os países desenvolvidos e semidesenvolvidos. Este sentimento “universal”, é bom que se diga logo, é partilhado pela assim chamada classe média que, no Brasil, tende a ser restrita aos ricos, mas nos países cêntricos abrange o conjunto dos assalariados formais. Os pobres, por motivos óbvios, sempre careceram de empregos do tipo descrito acima; se não carecessem, não seriam pobres. É duvidoso que o problema pseudo-universal do desemprego de fato atinja os pobres “antigos”, os que há décadas vivem de bicos, do comércio ambulante, de trabalhos sazonais, da prestação de serviços que não exigem qualificação, que incluem a prostituição, a mendicância e assemelhados. É provável, porém, que o desemprego esteja contribuindo para o avultamento da pobreza.

O que parece claro é que a lógica de inter-relacionamento global, fortemente ligada às novas tecnologias informacionais, comunicacionais e produtivas, estabelece uma atmosfera negativa no que tange às relações de

desígnios do homem, ou seja, pelos agentes políticos. Uma breve síntese da teoria neoliberal de Hayek pode ser encontrada na obra *Os direitos do homem e o neoliberalismo* (1998), de Gilmar Antonio Bedin.

⁴⁰ Nas palavras de Manuel Castells (1999, p. 49) a sociedade informática constitui-se a partir de um “conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão e optoeletrônica.” O referido autor ainda inclui “a engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimento e aplicações.”

⁴¹ Zygmunt Bauman (2000, p. 27) relata que “Hans Peter Martin e Harald Schumann, especialistas em economia da revista alemã *Der Spiegel*, calculam que se a tendência atual persistir irrefreada, 20% da força de trabalho global (potencial) bastará ‘para manter a economia funcionando’ (o que quer que isso signifique), o que tornará economicamente supérfluos 80% da população mundial capacitada.”

trabalho em seus diversos e abstratos níveis. Nesse sentido, o principal sintoma que se diagnostica nos primórdios do terceiro milênio é uma renegociação valorativa do “mundo do trabalho”, fato gerado pela complexa inter-relação estabelecida entre globalização e tecnologia da informação, as quais se constituem em agentes precipuos dessa remodelada conformação.

Em razão dessa “redistribuição” hostil/estrutural em curso nas questões envolvendo o mundo do trabalho, o que não pode ocorrer é uma generalização no sentido de se atribuir toda culpa ao processo de globalização, uma vez que não é a globalização em si que gera uma redução no nível de empregos e sim a macro-estrutura conjuntural que encontra em tal processo um agente disseminador dos ideais capitalistas fortemente responsáveis por toda essa lógica de alterações. Em última instância pode-se fazer a seguinte afirmação:

O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir. Neste sentido, a Terceira Revolução Industrial e a globalização se somam. As duas mudanças atingiram, no Primeiro e no Terceiro Mundos, os trabalhadores mais bem organizados que, ao longo de muitos anos de lutas, conseguiram conquistar não só boa remuneração mas também o que Jorge Mattoso (1993) chama apropriadamente de segurança no trabalho (SINGER, 2006, p. 23).

Em vista disso, pode-se explicar o desemprego estrutural por meio das relações de trocas globais realizadas, as quais se intensificam cotidianamente, o que repercute em um aumento no nível de importações e exportações realizadas pelos Estados-nação, que se desenvolvem dentro de uma lógica de interdependência. É em decorrência dessas trocas que o mundo do trabalho se modifica estruturalmente, pois o incremento das exportações cria oportunidades ocupacionais crescentes das mais diversas, ao passo que o aumento das importações acaba com inúmeros postos de trabalho, uma vez que se compra de fontes externas o que antes era produzido localmente, deixando os responsáveis por esta produção local em situações precárias no que tange à ocupação (SINGER, 2006).

Inserido no interior dessa lógica, o mundo do trabalho adquire uma conformação fluida, pois se desloca de forma muito leve, se esvazia de sentido e joga o jogo da sociabilidade ocupacional de acordo com as regras convencionadas pelas forças transnacionais, regras estas que não são claras e, nem tampouco, garantem imutabilidade por grandes lapsos. Esse, talvez, seja um dos pontos-chave

da incerteza que habita as esferas ocupacionais no alvorecer do terceiro milênio, pois nunca se sabe quando as regras podem mudar e que rumo elas tomarão, o que impede as pessoas de se prepararem adequadamente para tais mudanças.

Essa incerteza que toma conta daqueles a quem cabe vender a sua força de trabalho para angariar a própria sobrevivência se torna uma marca atroz dessa nova conformação ocupacional; dessa forma, mesmo tendo que conviver com a dúvida cotidiana, é necessário não parar de forma alguma, pois ficar estático representa, sem sombra de dúvida, um dos maiores riscos que se corre no período atual. É preciso conviver com a dúvida e com a incerteza, aceitando uma navegação em um oceano nebuloso, em que a possibilidade de naufrágio é constante e crescente. É necessário ter maleabilidade e atenção redobrada, pois, como assevera Zigmunt Bauman (2007, p. 7-8),

em um piscar de olhos, os ativos se transformam em passivos, e as capacidades em incapacidades. As condições de ação e as estratégias de reação envelhecem rapidamente e se tornam obsoletas antes de os atores terem uma chance de aprendê-las efetivamente. Por essa razão, aprender com a experiência a fim de basear em estratégias e movimentos táticos empregados com sucesso no passado é pouco recomendável: testes anteriores não podem dar conta das rápidas e quase sempre imprevisíveis (talvez imprevisíveis) mudanças de circunstâncias. Prever tendências futuras a partir de eventos passados torna-se cada dia mais arriscado e, freqüentemente, enganoso. É cada vez mais difícil fazer cálculos exatos, uma vez que os prognósticos seguros são inimagináveis: a maioria das variáveis das equações (se não todas) é desconhecida, e nenhuma estimativa de suas possíveis tendências pode ser considerada plena e verdadeiramente confiável.

Não é só o perigo de ficar desempregado que atormenta a vida cotidiana daqueles que necessitam vender sua força de trabalho; mesmo estando em situação de emprego, é necessário conviver com a complexa atmosfera que o cerca, buscando uma leitura adequada da situação e tentando lidar de forma razoável com as novas situações que não param de ser criadas e que não garantem imutabilidade por período nenhum. Em vista disso o termo “desemprego” não se constituiria como a palavra mais adequada para traduzir as mudanças em curso e nem tampouco para classificar o maior temor vivido pela classe trabalhadora. Buscando um melhor enquadramento, a tradução correta do atual momento encontraria guarida no termo *precarização do trabalho*, uma vez que reflete a nova conformação ocupacional de forma mais clara e abrangente.

A partir dessa situação de insegurança, instabilidade, diminuição dos postos de trabalho e do tempo do trabalho, o que fica perceptível é que os trabalhadores estão buscando alternativas individualizadas, informais e em tempo

parcial (não só pela sua busca mas, também, pela imposição do próprio mercado), ou seja, flexibilizando acentuadamente suas estratégias para enfrentar as incertezas geradas pelas novas formatações oriundas da sociedade global/informática. Dessa forma, para não correrem o risco de serem “engolidos” pela estrutura, as pessoas entram em um período do “salve-se quem puder”, assumindo posturas individuais e aceitando trabalhar sem grandes garantias em termos de direitos ou estabilidade, fato que repercute também na remuneração auferida pela venda da força de trabalho (SINGER, 2006).

Tida talvez como uma resposta positiva em um primeiro momento, a flexibilização que se efetivou no mercado de trabalho conduziu para outro horizonte, diferente do projeto inicial, o qual, além de não acabar com o problema do desemprego, contribui para a criação “silenciosa” de outro conjunto de problemas. De acordo com Ulrich Beck (1999, p. 112),

[...] o que parecia ser o remédio – a flexibilização do mercado de trabalho – encobriu e escondeu, mas não curou a doença do desemprego. Pelo contrário, tudo cresce: o desemprego e a nova restrição das perspectivas (Unübersichtlichkeit) do trabalho temporário, de relações trabalhistas incertas e a reserva de trabalho que ainda permanece em silêncio. Em outras palavras: o volume de trabalho remunerado desaba em alta velocidade. Rumamos para um capitalismo sem trabalho – e isto ocorre em todos os países pós-industriais.

A esfera ocupacional, dentro dessa lógica, adquire contornos diferenciados e diferenciadores, que representam um estratagema peculiar no que tange ao aparecimento dos contornos fluidos que regem o mundo do trabalho na sociedade que não pára de se “modernizar”. Essa remodelada estruturação altera significativamente as bases das sociabilidades, pois implementa uma lógica que muito se diferencia do projeto moderno da pós-industrialização, que tinha na sua solidez, nos laços firmes e na produção de um projeto produtivo coletivista as suas bases mais firmes. A organização social em torno do trabalho nesse período poderia ser definida, como sustenta Jean-Paul Marechal (2000, p. 151),

[...] mediante três critérios. Antes de mais, pela generalização de um salariado que permite ao maior número o acesso a uma posição estável e reconhecida. Em seguida, pela organização do trabalho salariado numa base formal e colectiva (negociações colectivas, etc.). Por fim, por um mundo salarial fundado na meritocracia, ou seja, numa ordem em que a posição hierárquica de cada um depende das suas competências.

Segundo este autor, tal ideal organizativo visava proteger, ou melhor, blindar os trabalhadores contra a hostilidade econômica, tendo, nesse sentido, o rendimento salarial adquirido uma força de coesão que ultrapassa o mero contrato de trabalho entre empregador e empregado, constituindo-se como uma “ferramenta” que possibilitou uma integração do seu titular numa organização social e estável protegida, acima de tudo, pela esfera pública. Por conseguinte, “os ‘trinta gloriosos’, subentendidos pelo crescimento fordista, deviam levar esta arquitetura ao seu ponto mais alto de realização e atribuir plenamente ao trabalho [...] o papel de ‘grande integrador’.” (2000, p. 152). Em última instância,

com base na organização científica do trabalho (a divisão das tarefas), num aumento do poder de compra dos trabalhadores, na produção e no consumo normalizados de massa e numa intervenção do Estado [...], o crescimento fordista, o “compromisso fordiano”, iria conseguir conciliar, “quase miraculosamente” duas aspirações em parte contraditórias: o desejo de autonomia individual e a procura de integração social (2000, p. 152).

Neste sentido, segundo Bauman (2001, p. 68), em termos de organizações sociais vinculadas às questões do trabalho, o fordismo⁴² representou, sem dúvida, “a maior realização até hoje da engenharia social orientada pela ordem.” O modelo produtivo fordista baseava sua doutrina no aspecto da ordenação, da limitação individual a partir do comando superior, ou seja, era um arranjo organizativo pautado pela ordem e, por isso, considerado caracteristicamente um modelo produtivo atrelado à modernidade sólida⁴³. A partir disso pode-se considerar que

o fordismo era a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase “pesada”, “volumosa”, ou “imóvel” e “enraizada”, “sólida”. Nesse estágio de sua história conjunta, capital, administração e trabalho estavam, para o bem e para o mal, condenados a ficar juntos por muito tempo, talvez para sempre – amarrados pela combinação de fábricas enormes, maquinaria pesada e força de trabalho maciça. Para sobreviver, e principalmente para agir de modo eficiente, tinham que “cavar”, desenhar fronteiras e marcá-las com trincheiras e arame farpado, ao mesmo tempo em que faziam fortalezas suficientemente grandes para abrigar todo o necessário para resistir a um cerco prolongado, talvez sem perspectivas. O capitalismo pesado era obcecado por volume e tamanho, e, por isso, também por fronteiras, fazendo-as firmes e impenetráveis (2001, p. 69).

⁴² Segundo David Harvey (1998, p. 121) “o que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

⁴³ Para Zygmunt Bauman (2001) há uma nítida diferença entre o modelo produtivo fordista, característico de um período de modernidade pesada (fronteiras geográficas bem definidas, produção em imensas plantas produtivas com grandes massas de trabalhadores, ordem hierárquica acentuada, etc.), e as novas formas de produção que caracterizam a lógica da modernidade leve, líquida (produção em múltiplas plantas produtivas, alta tecnologia, redução de trabalhadores, incremento de aparatos informacionais, virtualização do trabalho, etc.).

A passagem para um novo modelo fica evidente a partir da nova estruturação que se estabelece com o advento tecnológico informacional que, como já frisado, altera o modo produtivo e o re-significa dentro de uma estrutura funcional mais leve e desenraizada. Dessa forma, a “sinergia do crescimento econômico, do emprego, do aumento do nível de vida e das conquistas sociais não iria resistir à união da revolução informacional e de um mercado liberto e mundializado, união essa que levaria à formidável precarização do trabalho que conhecemos actualmente” (MARÉCHAL, 2000, p. 152).

É este, também, o entendimento de Manuel Castells (1999, p. 293), para quem

[...] as tendências tecnológicas atuais promovem todas as formas de flexibilidade, de modo que na ausência de acordos específicos sobre a estabilização de uma ou várias dimensões do trabalho, o sistema evoluirá para uma flexibilidade generalizada multifacetada em relação a trabalhadores e condições de trabalho. Essa transformação abalou nossas instituições, levando a uma crise da relação entre trabalho e sociedade.

O abalo entre sociedade e trabalho pode ser considerado a porta de entrada para o entendimento da sociedade contemporânea, ou seja, é uma ruptura extremamente relevante e que traz grandes conseqüências no que tange ao novo formato organizativo e aos problemas daí resultantes. A separação é, acima de tudo, fruto do conjunto interligado de fatores – globalização, tecnologia da informação e da comunicação – pois estes “agentes” possibilitaram uma renegociação relacional no mercado de trabalho, alterando modelos produtivos e condições de trabalho, que, mais do que nunca, adquiriram uma conformação extremamente móvel, a qual possibilita qualquer tipo de deslocamento de acordo com as necessidades efêmeras das “consumidoras de mão de obra”.

A possibilidade de se reunir e se dispersar *full time*, a comunicação instantânea e a corrosão do “espaço” redefiniram o trabalho em forma de virtualização, o que repercutiu na superação gradativa das restrições institucionais a essa lógica de encadeamento ocupacional. Os próprios trabalhadores e sindicatos acabaram cedendo ao novo modelo que se formara. Nesse sentido, as inúmeras possibilidades em termos de maleabilidade e adaptação que puderam ser evidenciadas e postas em prática submeteram o trabalho à fluidez e à volatilidade do capital, sucedendo-se um sempre maior e contínuo processo de flexibilidade que, embora não negue os avanços em termos de produtividade e de lucratividade, expôs as relações de trabalho às habilidades individuais, ou seja, o sucesso passou a depender de cada um e não mais de uma entidade coletiva (CASTELLS, 1999).

As ponderações de Castells caminham na mesma trajetória teórica de Bauman, que, por sua vez, divisa um capitalismo pesado (modernidade sólida) no qual sociedade e trabalho ainda caminham de braços dados, e um capitalismo leve (modernidade líquida), no qual pode ser evidenciado claramente o afastamento entre estes dois pólos. Dessa forma, a ordem e a certeza de ontem foram substituídas por um horizonte de dúvidas, no qual a proteção dada pelo trabalho perdeu muito de sua eficácia objetiva. Em suma, Bauman (2001, p. 70) estabelece a seguinte reflexão sobre tal transição:

Em seu estágio pesado, o capital estava tão fixado ao solo quanto os trabalhadores que empregava. Hoje o capital viaja leve – apenas com a bagagem de mão, que inclui nada mais que pasta, telefone celular e computador portátil. Pode saltar em quase qualquer ponto do caminho, e não precisa demorar-se em nenhum lugar além do tempo que durar sua satisfação. O trabalho, porém, permanece tão imobilizado quanto no passado – mas o lugar em que ele imaginava estar fixado de uma vez por todas perdeu sua solidez de outrora; buscando rochas, as âncoras encontram areias movediças. Alguns habitantes do mundo estão em movimento; para os demais, é o mundo que se recusa a ficar parado. O discurso de Joshua [ordem] soa vazio quando o mundo, que uma vez teve legislador, árbitro e corte de apelação reunidos em uma só entidade, parece cada vez mais com um dos jogadores, escondendo as cartas, preparando armadilhas e aguardando sua vez de blefar.

É, pois, aqui que começa um dos principais marcos da nova organização das sociabilidades, que permite entender de forma mais clarividente essa separação importante nas esferas de vivência, qual seja, a decomposição do social/coletivo e o crescimento dos horizontes individualizados como mecanismo de construção da vida. Essa mudança paradigmática, altamente complexa, pode começar a ser desenhada a partir da re-significação do trabalho nas esferas individuais e coletivas, gerando, como afirma Castells, uma ruptura entre trabalho e sociedade⁴⁴. Ainda de acordo com Bauman (2001, p. 70-71), que retoma a idéia sobre leveza e solidez, pode-se afirmar:

⁴⁴ Nas palavras de Ulrich Beck (2003, p. 160-161), o trabalho foi redefinido com a passagem da primeira para a segunda modernidade, perdendo sua força de coesão social mas não se esgotando. Segundo o autor, o que se esgota é a sociedade do pleno emprego no seu sentido clássico, vislumbrada após a Segunda Guerra Mundial.

Os passageiros do navio “Capitalismo Pesado” confiavam (nem sempre sabiamente) em que os seletos membros da tripulação com direito a chegar à ponte de comando conduziriam o navio a seu destino. Os passageiros podiam dedicar toda a sua atenção a aprender e seguir as regras a eles destinadas e exibidas ostensivamente em todas as passagens. Se reclamavam (ou às vezes se amotinavam), era contra o capitão, que não levava o navio a porto com a suficiente rapidez, ou por negligenciar excepcionalmente o conforto dos passageiros. Já os passageiros do avião “Capitalismo Leve” descobrem horrorizados que a cabine do piloto está vazia e que não há meio de extrair da “caixa preta” chamada piloto automático qualquer informação sobre para onde vai o avião, onde aterrizará, quem escolherá o aeroporto e sobre se existem regras que permitam que os passageiros contribuam para a segurança da chegada.

Essas profundas mudanças nas estruturas produtivas afetam sobremaneira os trabalhadores na esfera de sua individualidade, abalando o laço social na complexa relação sociedade/indivíduo. É preciso, por isso, compreender e analisar melhor essa nova estruturação, que se estabelece pela realocação da base objetiva da sociedade atual, que passa de uma condição de produtora para uma condição de consumidora.

2.1. Da sociedade de produção à sociedade de consumo: a ruptura do laço social

Uma das principais características da decomposição da sociedade nos países mais modernizados acentua-se quando se rompe o elo entre o sistema e o ator, ou seja, nas palavras de Touraine (2006, p. 77), “quando o sentido de uma norma para o sistema não corresponde mais ao sentido que ela tem para o ator”, gerando crises na compreensão do sentido da própria idéia de sociedade, o que leva urgentemente à necessidade de se construir uma outra representação da vida coletiva e da vida pessoal de cada um. Segundo o mesmo autor (2006, p. 77),

a mais importante e mais visível dessas crises é a que diz respeito ao lugar do trabalho na vida de cada um. A redução da semana de trabalho, o aumento do número de feriados e, mais ainda, o prolongamento do tempo da aposentadoria levaram muitos analistas a falar do fim do trabalho. Nossa vida, que por tanto tempo foi dominada pelo problema da produção e pela necessidade de sobreviver, é dominada agora pelo consumo e pelas comunicações. A diminuição do tempo de trabalho é vivida pela maioria das pessoas como uma libertação e não mais como a privação de uma experiência criadora.

Essa referência de Touraine ao aumento do tempo livre suscita interpretações contraditórias, dependendo do patamar em que se situam os trabalhadores na escala social, embora qualquer das interpretações conduza ao mesmo ponto de separação entre coletividade e individualidade. Sob o viés das categorias mais altas, há um entendimento de que o mercado de trabalho atual – global, tecnológico e informacional – não pode sobreviver somente a partir de trabalhos temporários e precários, tomando-se por base a tendência de aumento do número de técnicos, de especialistas e de profissionais de todos os tipos.

Essas categorias mais privilegiadas encontram-se protegidas por sua competência no mercado de trabalho. Na verdade, pondera Touraine (2006), o que se modifica em relação a esse grupo são os objetivos por eles perseguidos, os quais não são mais coletivos e sim individuais, uma vez que buscam o sucesso próprio em termos de carreira, ou assimilar novos conhecimentos que lhes interessam de forma individualizada, o que faz com que se separem objetivamente dos projetos coletivistas das empresas nas quais estão inseridos, bem como de universidades, centros de pesquisa e instituições públicas, sempre vulneráveis à concorrência capitalista.

Um segundo tipo de objeção ao entendimento de que a diminuição do tempo de trabalho constitui uma libertação criadora para a maioria das pessoas provém das categorias mais baixas, que vivenciam um problema ocupacional de proporções gritantes frente à flexibilização e à precarização do trabalho. Para estas, a ampliação do tempo livre é um duro golpe em suas trajetórias de vida, pois estão em uma situação de desemprego ou de tamanha precarização ocupacional que o aumento de tempo livre é proporcionalmente condizente com suas situações de mazela.

Soma-se a esse fato, ainda, outro agravante, presente no desaparecimento gradativo das qualificações habituais a que estas pessoas estavam acostumadas, uma vez que suas especialidades são substituídas por novas tecnologias, gerando, por conseguinte, uma dificuldade gritante de inserção no mercado de trabalho ou uma desvalorização econômica em termos de remuneração recebida. É neste sentido que pode ser percebida a separação entre sistema e atores, uma vez que “[...] era nas relações de trabalho que se originavam os principais conflitos sociais; agora é no nível da economia globalizada, cujas conseqüências se fazem sentir sobre o emprego local e suscitam uma oposição que une a defesa do local e a crítica ao global” (2006, p. 79).

Essa situação de individualidade latente na esfera ocupacional é um dos elos mais importantes da cadeia de interações que conduzem à separação entre sociedade e indivíduos ou entre sistema e atores. Resta claro que os problemas mais desafiadores deste “vazio social” são experimentados pelos excluídos do

mercado de trabalho, os quais, em decorrência de um Estado-nação enfraquecido, necessitam buscar soluções de forma individualizada. Por outro lado, como já visto, a esfera de vivência dos incluídos no horizonte ocupacional também se ressentiu desse processo, uma vez que, para se manterem em seus postos, também eles precisam responsabilizar-se individualmente por sua própria trajetória, o que os afasta ainda mais de interações coletivistas.

A dissociação ocorrida entre sociedade e trabalho pode ser também explicada por meio de uma alteração ocorrida na condição objetiva final da sociedade líquido-moderna em relação à sociedade sólido-moderna. Neste sentido, a organização social atual estrutura-se a partir da lógica do consumo, diferentemente da sociedade que a precedeu, uma vez que aquela era formulada a partir de uma base produtora. Tal alteração se constitui em causa e fruto da própria mudança anteriormente referenciada, uma vez que ambas alterações são cunhadas quase ao mesmo tempo e têm reflexos uma na outra.

Durante a modernidade pesada – a era fordista de produção – a lógica do trabalho era muito diferente, pois praticamente não existia a flexibilidade que se tem atualmente, razão pela qual o tempo livre era bastante pequeno e as pessoas, em sua interação social, viviam em torno do e para o trabalho. Com a passagem para a *modernidade líquida*, na qual a flexibilização possibilita (ou impõe) uma menor dedicação de tempo ao trabalho, estabelece-se uma oposição entre a atual *sociedade de consumo* e a *sociedade de produtores* vivenciada pelos predecessores da era industrial-moderna.

Dessa forma, o engajamento social se dá hoje pela condição de consumidores, gerando profundas diferenças sociais, culturais e da vida individual. Embora no modelo social anterior também houvesse necessidade de consumir, a lógica consumista não era colocada como uma finalidade em si mesma, uma vez que a tarefa de produzir era ideologicamente aceita, acima da lógica do consumo. A fé no trabalho e no progresso guiava as aspirações individuais e coletivas, estabelecendo, antes de tudo, uma idéia de produção que predominava e caracterizava a modernidade pesada. Tudo isso, no entanto, ganha renovadas leituras com o advento da modernidade leve. Nas palavras de Bauman (1999, p. 88-89), “se os nossos ancestrais filósofos, poetas e pregadores morais refletiram se o homem trabalha para viver ou vive para trabalhar, o dilema sobre o qual mais se cogita hoje em dia é se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder consumir. Isto é, se ainda somos capazes e sentimos a necessidade de distinguir aquele que vive daquele que consome.”

Na ideologia do consumismo nada deve exigir um compromisso firme, nenhuma necessidade como plenamente satisfeita, nenhum desejo como último. Segundo o mesmo autor (1999, p. 89), “o que realmente conta é apenas a volatilidade, a temporalidade interna de todos os compromissos; isso conta mais que o próprio compromisso, que de qualquer forma não se permite ultrapassar o tempo necessário para o consumo do objeto do desejo (ou melhor, o tempo suficiente para desaparecer a conveniência desse objeto).” No tocante ao consumo, fica claro que

[...] a vida organizada em torno do consumo, por outro lado, deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quererem voláteis – não mais por regulação normativa. Nenhum vizinho em particular oferece um ponto de referência para uma vida de sucesso; uma sociedade de consumidores se baseia na comparação universal – e o céu é o único limite. [...] O principal cuidado diz respeito, então, à adequação – a estar “sempre pronto”; a ter a capacidade de aproveitar a oportunidade quando ela se apresentar; a desenvolver novos desejos feitos sob medida para as novas, nunca vistas e inesperadas seduções; e a não permitir que as necessidades estabelecidas tornem as novas sensações dispensáveis ou restrinjam nossa capacidade de absorvê-las e experimentá-las (2001, 90-91).

O grande problema do consumismo é o tempo exigido para consumir: a satisfação do desejo deveria ser instantânea, reduzida ao mínimo, não devendo, para tanto, os consumidores concentrar o desejo por muito tempo em qualquer objeto, instigados a perderem o interesse:

A cultura da sociedade de consumo envolve sobretudo o esquecimento, não o aprendizado. [...] A relação tradicional entre necessidades e sua satisfação é revertida: a promessa e a esperança de satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer e serão sempre mais intensas e atraentes que as necessidades efetivas. [...] Para os bons consumidores não é a satisfação das necessidades que atormenta a pessoa, mas os tormentos dos desejos ainda não percebidos nem suspeitados que fazem a promessa ser tão tentadora. (1999, p. 90).

Os consumidores precisam ser mantidos continuamente expostos a novas tentações, em estado de excitação incessante e pronta satisfação. Cada atração/tentação deve ser mais atraente que a anterior. Trata-se da “combinação dos consumidores, sempre ávidos de novas atrações e logo enfasiados com atrações já obtidas, e de um mundo transformado em todas as suas dimensões – econômicas, políticas e pessoais – segundo o padrão do mercado de consumo e, como o mercado, pronto a agradar e mudar suas atrações com uma velocidade cada vez maior” (1999, p. 92).

Mas neste vasto mar os consumidores movem-se divididos, havendo apenas duas opções: ou navegar para novas descobertas, ou afogar-se, dependendo da fragilidade ou não da embarcação. Nem todo mundo pode ser consumidor: embora todos devam fazer opções, nem todos possuem os meios de ser optantes, pois “a sociedade pós-moderna de consumo é uma sociedade estratificada” (1999, p. 94). Ser classe alta ou classe baixa depende do grau de mobilidade, da liberdade de escolher onde estar.

O que se observa é que o espaço vital se reduz ao consumo do efêmero e do instantâneo, ao culto do corpo, no afã de administrar o medo existencial. Não é de admirar que esse caldo de incertezas e ansiedades existenciais traga consigo sintomas patológicos como stress, depressão e outras mazelas de nosso século. Nem se tome por irracional que esse quadro leve à busca de orientação no fundamentalismo religioso, na astrologia, no ocultismo, nas práticas de adivinhação e nos bilhetes de loteria, fugindo das reais causas, situadas numa globalização excludente e no consumismo do sistema de mercado, a par do debilitamento das políticas público-estatais.

Em consequência do exposto deduz-se que no processo de privatização dos interesses públicos as pessoas vão se tomando frias, descrentes do aconchego humano, deixando de dividir com os outros sua sorte, suas misérias, seus sonhos e suas esperanças. Não por razões egoísticas, pois é o sistema que condena as pessoas a sofrerem sozinhas, sistema que se disfarça sob nomes bem conhecidos, como “mercado financeiro, comércio global, competição, oferta e procura”. Esse esvaziamento das relações coletivas e dos sentimentos de solidariedade exige uma análise mais detalhada desse novo paradigma, no qual o exercício das crescentes liberdades individuais é relegado a sua própria sorte.

2.2. Economia solidária e desenvolvimento: a reconstrução do laço social

O contexto obscuro que cerca as esferas ocupacionais, abordado anteriormente, adquire uma dimensão mais real quando se analisa alguns dados estatísticos que ajudam a dimensionar e compreender de forma mais clara a problemática retratada. Nesse sentido, segundo a Organização Internacional do Trabalho, no ano de 2007 havia cerca de 189,9 milhões de pessoas desempregadas, número que, segundo as estimativas mais recentes, tende a ter um acréscimo de 5 milhões de pessoas em 2008. Todavia, o mesmo estudo revela que 486,7 milhões de trabalhadores auferem ganhos que não ultrapassam 1 dólar por dia para viver com suas famílias. O número surpreende quando se evidencia que 1,3

bilhões de trabalhadores não conseguem superar a barreira dos 2 dólares por dia para sustento familiar. A conclusão a que se chega é a de que mesmo tendo trabalho, mais de 4 em cada 10 trabalhadores são pobres (Global Employment Trends, 2008).

Há, nessa linha, uma necessidade urgente de se buscar alternativas que possibilitem modificar a realidade deste imenso contingente de pessoas, uma vez que as tendências teóricas apontam para o aumento dos números apresentados. Nessa linha o presente texto trabalha com a hipótese de que a economia solidária apresenta uma perspectiva capaz de amparar uma realidade diferenciada em termos de futuro, uma vez que se coloca como uma importante alternativa frente ao desemprego, à precariedade e à flexibilidade do trabalho, bem como possibilita novos formatos de relacionamentos sociais, resgatando, dessa maneira, valores de solidariedade necessários à reconstrução dos laços sociais. Os sinais, as evidências e as demonstrações dessa possibilidade estão distribuídos por inúmeros locais, constituindo-se como exemplos concretos de uma possível realidade diferenciada.

Dentro desse contexto, pode-se caracterizar a economia solidária como um formato econômico antagônico ao capitalismo, que compreende uma infinidade de iniciativas econômicas heterogêneas, variadas e singulares, empreendidas a partir da livre iniciativa de pessoas dispostas a combater as práticas capitalistas excludentes que geram miséria e pobreza (sejam oriundas das camadas populares ou não) por meio de arranjos coletivos nos quais a solidariedade assume uma posição destacada, possibilitando o incremento de um ideal econômico no qual o objetivo maior é o desenvolvimento das liberdades públicas e privadas das pessoas e não meramente o lucro. Embora em graus variados, esse processo vem permeado pela autogestão⁴⁵, como forma de organização administrativa, e pela posse coletiva dos meios produtivos, sendo, a partir dessa ótica, eliminadas gradativamente as relações meramente assalariadas que suscitam situações de competição e de dominação incompatíveis com a lógica econômica solidária (LECHAT, 2004; MANCE 2002; SINGER, 2002).

Essa diferenciada lógica econômica permite que o atual momento histórico, criador de uma “advocacia da descrença”, se caracterize, simultaneamente e de forma paradoxal, como um lapso extremamente fértil para novas construções sociais, amparadas em práticas alternativas viáveis e que estão em andamento em muitos lugares do planeta. Segundo Euclides Mance (2007, p. 1), “há uma revolução global em curso. Não é capitaneada por um partido político ou por uma vanguarda. Não tem bases

⁴⁵ De acordo com Paul Singer (2003, p. 116), a autogestão significa que a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária. Se a organização for produtiva (uma cooperativa ou associação de produção agrícola, extrativa ou industrial, por exemplo), a propriedade do capital deve estar repartida entre todos os sócios por igual, que em consequência terão os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos diversos setores administrativos da mesma. Outra modalidade de organização solidária é a cooperativa (ou outra forma de associação), que reúne pequenos produtores autônomos (agricultores, taxistas, recicladores de lixo, etc.) que fazem suas compras e/ou vendas em comum. A ela também se aplicam as regras da autogestão. O mesmo vale para clubes de troca, clubes de poupança, cooperativas de consumo, de crédito, habitacionais e assim por diante.

militares e sua estratégia é anti-beligerante. Essa revolução mobiliza milhões de pessoas no mundo todo. Dela sabemos muito pouco até agora. O que sabemos é que na base de sua mobilização, organização e educação popular estão milhares de movimentos e milhões de pessoas integradas em redes colaborativas.”

A construção teórica que será desenvolvida a partir de agora se ocupará especificamente da estratégia econômica destas redes, analisando alguns pontos relevantes que conferem embocadura e sentido a essa proposta. Dentro dessa lógica, considerando-se o aspecto econômico das redes de colaboração solidária, o mesmo autor (2002c, p. 1-2) as retrata como sendo “uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo.”

Deve-se ressaltar, porém, que a concretização e a viabilidade dessa estratégia requerem uma reformulação nos critérios de consumo adotado pelos indivíduos. Dessa forma, segundo Mance (1999, p. 13), “para a viabilização dessa meta somente uma condição é requerida e nada mais, a saber, que todos os que aderirem ao projeto [...] pratiquem o consumo solidário⁴⁶, isto é, que em todas as suas atividades de consumo dêem preferência a produtos que tenham sido produzidos pelas redes de colaboração solidária, mesmo que estes produtos custem um pouco mais caro que os produtos elaborados sob a rede capitalista [...]”

A prática do consumo solidário como uma lógica de vida das pessoas possibilita fomentar e aquecer os fluxos econômicos nas redes de economia solidária, permitindo que o crescimento da própria rede seja constante e que a incorporação de mais indivíduos seja possível, incrementando e diversificando os fluxos envolvidos. Consumir de forma solidária significa uma tomada de consciência no sentido de que é possível interferir na realidade a partir de escolhas no âmbito do consumo, até porque este “é uma exigência para a reprodução de cada ser vivo em particular. Sem consumo a vida de qualquer ser se esgota, resultando em sua morte” (1999, p. 25). Consumir de maneira sábia, dando preferência a produtos e serviços que transcendam sua materialidade simplista, significa estabelecer parâmetros críticos de escolha, dando

⁴⁶ De acordo com Mance (2002b, p. 2) “o *consumo solidário* é aquele praticado em função não apenas do próprio bem-viver pessoal mas também do bem-viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produziram aquele bem ou serviço e da manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. Trata-se pois do consumo em que se dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária ao invés de consumir produtos de empresas que exploram os trabalhadores e degradam os ecossistemas. O consumo solidário é praticado também com vistas a contribuir na geração de postos de trabalho que possam ser ocupados pelos que estão desempregados, assegurando-lhes condições dignas de vida; para preservar o equilíbrio dos ecossistemas e para melhorar o padrão de renda de todos os que participam das redes solidárias, combatendo-se assim a exclusão social e a degradação ambiental.”

pesos mais significativos para o contexto que cerca a prestação de um serviço, ou ainda, a forma como determinado produto é produzido ou sua comercialização realizada. Nessa linha, seguindo os argumentos do autor já citado (2002b, p. 2-3),

o consumo solidário dos produtos e serviços das redes possibilita que seus empreendimentos vendam toda a sua produção, ampliando-se o excedente alcançado e as possibilidades de seu reinvestimento coletivo na implantação de outros empreendimentos solidários, gerando-se portanto novos postos de trabalho e possibilitando a produção de outros bens e serviços ainda não disponibilizados nessas redes, assegurando-se maior oferta de bens e serviços aos consumidores em diversidade e qualidade, bem como a distribuição de renda pela incorporação de mais pessoas ao processo produtivo, o que por sua vez possibilita o aumento de demanda e satisfação por produtos finais, preservando-se o equilíbrio dos ecossistemas.

Sob essa perspectiva ressalta-se que a organização estratégica em redes que colaboram mutuamente possibilita uma disseminação interna do consumo solidário, uma vez que os agentes produtivos requerem insumos para possibilitar a produção de gêneros diversos e, por sua vez, os trabalhadores envolvidos no processo de produção também carecem de bens diversos para satisfazer suas próprias necessidades de subsistência. Por conseguinte, tanto os primeiros quanto os segundos podem vir a adquirir aquilo que precisam dentro da própria rede produtiva na qual estão engajados, originando, dessa maneira, um processo de realimentação.⁴⁷ É inevitável que aquilo que não é disponibilizado pela rede seja adquirido no setor produtivo capitalista; essa indisponibilidade momentânea, no entanto, pode vir a ser corrigida devido à característica auto-organizativa da rede.

Ampliando-se o horizonte de análise envolvendo os processos sociais de produção e de consumo sob a lógica da realimentação, Mance (2002, p. 63) afirma ser possível idealizar, “sob certos padrões, organizações complexas em que a demanda por consumo alimenta processos produtivos que, remunerando trabalho humano, distribuem socialmente o valor econômico produzido, realimentando a própria demanda por consumo, permitindo o crescimento auto-organizado e auto-regulado de novas organizações e sistemas sociais.” Essa prática pode ser mais bem entendida a partir da compreensão empírica de que a rede produtiva é composta por diferentes células⁴⁸ ou nós mantendo conexões recíprocas, o que repercute,

⁴⁷ Mance (2002, p. 63) aborda a questão da realimentação a partir dos ensinamentos de Edgar Morin, que utiliza o termo retroação. O autor, todavia, entende que realimentação consistiria em um “sistema em ações de interferências recíprocas, rompendo com a idéia de causalidade linear e introduzindo a idéia de círculo causal: a causa age sobre o efeito e o efeito age sobre a causa.”

⁴⁸ De acordo com Mance (1999, p. 208-209), a rede é composta por três tipos de células: a) *de consumo*, que compreende grupos de pessoas que se organizam comunitariamente para comprar mercadorias a preços mais baixos, os quais são possíveis por meio da compra direta dos fornecedores, eliminando-se qualquer intermediário. Tais compras dão preferência aos produtos produzidos na própria rede, sendo comprado no mercado capitalista

levando-se em conta apenas o critério de consumo, em dois tipos diferentes deste último, um de natureza produtiva e outro de natureza final:

O consumo final é aquele praticado por todas as pessoas que satisfazem suas necessidades e seus desejos com os produtos e serviços consumidos. Consumo produtivo é todo aquele demandado para a realização de outros produtos e serviços. Assim, o consumo de massas produzidas na rede, em um almoço, é consumo final. O consumo de farinha, ovos, óleos, sal, energia elétrica, produtos de limpeza e outros, demandado pela célula que produz massas, é consumo produtivo, pois aqueles elementos são consumidos na elaboração de um novo bem ou produto. Assim, um mesmo produto, sob determinadas condições, tanto pode satisfazer um consumo final quanto um consumo produtivo – como ocorre com os ovos, óleo e produtos de limpeza neste exemplo, que poderiam servir também ao consumo final (1999, p. 48-49).

Fica claro, nesta linha, que, “se os processos de consumo final e produtivo realimentarem processos laborais justos e ecologicamente corretos, se tornaria possível expandir inúmeras redes autônomas e sustentáveis de economia solidária que podem se integrar em uma rede mundial de colaboração solidária como alternativa, em oposição à atual globalização capitalista” (2002, p. 63-64). Esse é o horizonte amplo e perfeitamente credível da proposta de colaboração solidária por meio da estratégia econômica. Tornam-se necessárias, no entanto, outras abordagens para que a real compreensão dessa possibilidade grandiosa possa florescer e para que o argumento em seu favor possa adquirir maior robustez.

Dessa forma, em âmbito mais restrito ou local, os processos de realimentação envolvendo o consumo final e o consumo produtivo acabam gerando excedentes econômicos que retornam às células diversas, permitindo que os trabalhadores envolvidos possam satisfazer suas necessidades materiais de vivência (sempre que possível com produtos adquiridos dentro da própria rede). Tal excedente é extremamente importante para essas pessoas, uma vez que garantir suas condições materiais de sobrevivência, mesmo que minimamente, é uma exigência dramática. Mance (1999, p. 30-31) exemplifica algumas experiências práticas afirmando existir em muitos lugares inúmeros

apenas o que a rede não produz ou produz de maneira insatisfatória; b) de produção, que são compostas por unidades produtivas das mais diversificadas, as quais produzem uma série de produtos finais ou insumos e, também elas, se tornam consumidoras de produtos feitos na própria rede; c) *de serviço*, que são células que prestam serviços diversificados, tais como qualificação profissional e produtiva, atividades de comércio solidário, etc.. Nesse tipo de célula podem ser abrigadas também as ONGs que “atuam com educação popular e outros tipos similares de atividades de colaboração solidária pertinentes ao setor de serviços” (1999, p. 209).

grupos de trabalhadores desempregados que organizaram pequenas atividades produtivas em que se fabricam pães, massas, produtos de limpeza, roupas, móveis, esquadrias, vassouras, escovas, brinquedos e uma infinidade de outros produtos; milhares são os “clubes de mães” que produzem roupas, peças de tricô e crochê, rendas, bordados, tapeçarias, doces, salgados, geléias, compotas, entre outros artigos; em muitos lugares encontram-se artesanatos indígenas, anéis de tucum ou frutos colhidos das florestas – de modo ecologicamente sustentável – sendo comercializados. Grande parte dessa produção, salientamos, é consumida por pessoas que têm consciência de que, embora esses produtos possam não ser os melhores à disposição no mercado ou não sejam os mais baratos em comparação aos similares ou, até mesmo, não atendam alguma demanda imediata, consumi-los é garantir às pessoas que os produzem a condição de continuarem vivendo do seu próprio trabalho, com a dignidade que todo ser humano merece.

A satisfação inicial das condições materiais de sobrevivência, proporcionadas pela obtenção de um excedente econômico (uma renda) a partir da produção, comercialização ou prestação de serviços diversos, representa um aspecto que transcende em muito a lógica meramente econômica. Constitui-se, antes de tudo, em um primeiro degrau da escadaria das muitas liberdades humanas possíveis e potenciáveis, fornecendo um pequeno veio de dignidade que, em muitos casos, acende a chama apagada no interior de um indivíduo praticamente mortificado e o estimula a explorar suas próprias capacidades. Amartya Sen (2000, p. 109) relaciona, de forma muito consciente, a questão da renda com a possibilidade de desenvolvimento de liberdades/capacidades das pessoas:

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

O autor explica que a pobreza não é causada unicamente pelo aspecto de uma renda baixa ou pela ausência desta, uma vez que “existem *outras* influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades)” (2000, p. 110). Destaca distintas formas de geração de pobreza como idade, papéis sexuais e sociais, localização: pessoas idosas e muito jovens têm mais dificuldades em converter renda em capacidade. Muito embora a pobreza seja uma questão altamente complexa no que tange à sua formação e reprodução, não se deve perder

de vista “que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades” (2000, p. 112).

A ausência das condições materiais de vivência, neste sentido, trava em grande escala as muitas liberdades possíveis dos indivíduos, impedindo-os de se desenvolverem enquanto sujeitos autônomos e socialmente conscientes, refletindo em um processo de reprodução constante de miséria humana. É nesta linha que caminham os argumentos de Mance (2002, p. 147) quando afirma que

sem condições materiais não há como se realizar as liberdades. A liberdade para comer ou trabalhar produtivamente, por exemplo, só existe quando há o alimento disponível para comer ou condições materiais que possibilitem aquele trabalho. Quem não dispõe de alimento não possui liberdade para alimentar-se. Igualmente, sem dispor de moradia, não existe a liberdade para abrigar-se dignamente como ser humano, mas a imposição de viver ao relento. Sem as mediações materiais para assegurar a saúde não há a liberdade para preservar o corpo da dor, do sofrimento e da morte evitável.

Fica claro que existe uma relação bastante forte envolvendo pobreza de renda e pobreza de capacidades. Segundo Sen (2000, p. 114), “o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes.”

Em vista do argumento desenvolvido, pode-se evidenciar que sob a lógica das redes de economia solidária é possível trabalhar no sentido de viabilizar as condições materiais de vivência, garantindo avanços diversos no sentido pessoal daqueles que estão engajados nas práticas econômicas solidárias, possibilitando um espaço que permite que suas habilidades/capacidades/liberdades sejam desenvolvidas. Garantindo esse mínimo material por meio de uma renda, é possível almejar outros tipos de mudanças em termos culturais e políticos, atingindo, desta forma, o todo da proposta das redes de colaboração solidária. Neste sentido, sendo possível garantir a materialidade de vida básica, a pessoa passa a experimentar, novamente ou pela primeira vez, uma condição existencial que lhe permite ser reconhecida, pelos outros e por ela mesma, o que a instiga a buscar outros tipos de reflexões dentro de sua própria temporalidade de desenvolvimento. Significa dizer que a pessoa se sente novamente viva, adquirindo auto-estima e novas forças para

levar adiante sua vida dentro de uma lógica diferenciada, na qual suas liberdades individuais e coletivas adquiram nova significação.

Dentro de um processo integrado e simultâneo, as redes de economia solidária não encerram, portanto, seus objetivos e finalidades na mera obtenção de rendimento, embora a renda seja um fator primordial que cria algumas condições para que se possa levar adiante um processo emancipatório. Significa afirmar que se deve deixar de lado o pensamento hipócrita e simplista que imagina ser possível emancipar setores excluídos por meio de simples discursos retóricos e demagógicos, bonitos na teoria, porém ineficientes na prática. Poder-se-ia dizer, sob este ângulo reflexivo, que uma significativa parcela de pessoas que se inserem nas redes de economia solidária não o fazem por terem a consciência de que é necessário mudar as práticas sociais, políticas, econômicas e culturais. Inserem-se, isto sim, pela absoluta necessidade de adquirirem uma renda que lhes permita sobreviver. A dramaticidade da situação é o que motiva tais pessoas num primeiro momento. Em relação à força da necessidade econômica, é emblemático o exemplo apresentado por Sen (2000, p. 173):

Na orla do golfo de Bengala, no extremo sul de Bangladesh e Bengala ocidental, na Índia, situa-se o Sunderban – que significa “bela floresta”. É ali o hábitat natural do célebre tigre real de Bengala, um animal magnífico dotado de graça, velocidade, força e uma certa ferocidade. Restam relativamente poucos deles atualmente, mas os tigres sobreviventes estão protegidos por uma lei que proíbe caçá-los. A floresta de Sunderban também é famosa pelo mel ali produzido em grandes aglomerados naturais de colméias. Os habitantes dessa região, desesperadamente pobres, penetram na floresta para coletar o mel, que nos mercados urbanos alcança ótimos preços – chegando talvez ao equivalente em rúpias a cinquenta dólares por frasco. Porém, os coletores de mel também precisam escapar dos tigres. Em anos bons, uns cinquenta e tantos coletores de mel são mortos por tigres, mas o número pode ser muito maior quando a situação não é tão boa. Enquanto os tigres são protegidos nada protege os miseráveis seres humanos que tentam ganhar a vida trabalhando naquela floresta densa, linda – e muito perigosa.

A partir deste exemplo fica claro que não há meios de se condenar a força propulsora que leva tais indivíduos a correr riscos tão assombrosos e, talvez, mortes tão brutais. Claro que esta exemplificação superdimensiona a motivação pela satisfação de necessidades materiais, porém, são realidades a serem consideradas. Retornando novamente às redes de economia solidária, é preciso frisar que mesmo se aceitando que grande parte da motivação inicial advenha da extrema necessidade econômica, há, pelo próprio engajamento coletivo em torno de uma proposta com valores e princípios bem solidificados, uma grande possibilidade de

que este fator preponderante seja apenas um agente catalisador e não uma lógica imutável. Neste sentido, este passo inicial, determinado pela necessidade, pode expandir-se e adquirir uma formatação maior e mais profunda, uma vez que, obtida a subsistência material, podem ser encontrados novos valores, amplamente incentivados e reproduzidos pelas redes de economia solidária.

Como já afirmado, sob a dinâmica das redes existe um processo que não se encerra somente no aspecto econômico, uma vez que outras mediações ocorrem em caráter de integralidade e simultaneidade, conferindo ao todo uma lógica multidimensional. É nessa pluralidade de dimensões que o veio norteador de emancipação social vai ganhando novas formas e se desgarrando do aspecto econômico meramente materialista, uma vez que esta satisfação de base material, ou a continuidade desta satisfação, passa a exigir uma complexidade maior e uma postura também diferente por parte daqueles indivíduos envolvidos na rede. Neste âmbito se exigem práticas incisivas e plurais no que tange aos aspectos político, cultural e ético como demanda natural da auto-organização da rede econômica solidária. Dentro dessa perspectiva Mance (2002, p. 147-148) retrata a conversão de rede econômica em rede política, afirmando que

sob a perspectiva das redes de colaboração solidária trata-se de garantir a produção, a distribuição, o emprego ou o consumo de todas as mediações materiais necessárias à realização das liberdades públicas e privadas, eticamente balizadas. O princípio de diversidade implica na promoção da satisfação de demandas singulares, não em função do lucro, mas em razão do bem-viver⁴⁹ de cada um e de todos, compondo-se da melhor maneira possível o exercício das liberdades. Justamente por isso as redes econômicas de colaboração solidária convertem-se também em redes políticas, uma vez que se busca a melhor maneira de compor o exercício coletivo e pessoal da liberdade.

Essa passagem recíproca e simultânea do viés econômico para o político, ou a integração do fator político com o econômico, é de extrema importância para o desenvolvimento da rede e surge como uma grande necessidade dentro dos valores solidários. Assim, segundo o autor referenciado (2002, p. 148),

⁴⁹ De acordo com Mance (1999, p. 17) o bem-viver "é o exercício humano de dispor das mediações materiais, políticas, educativas, informacionais não apenas para satisfazer eticamente necessidades biológicas e culturais de cada um, mas para garantir, eticamente, a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal que não negue a liberdade pública. O bem-viver solidário implica em respeitar o desejo pessoal e promover a sua realização na igual medida em que se respeita o desejo público e se promove a sua realização."

sendo a rede econômica baseada no consumo e no trabalho solidários, ela se constitui simultaneamente como rede política, isto é, a rede econômica não pode sobreviver sem que seus membros assumam uma outra concepção sobre os princípios que regem a convivência entre as pessoas, particularmente a superação do individualismo pelo colaboracionismo solidário. Sob a dinâmica das redes de colaboração solidária o desejo do outro em sua diferença implica, micropoliticamente, em promover a realização das diversas singularidades, eticamente orientadas, do modo mais pleno possível. Macropoliticamente, implica na transformação estrutural da sociedade, suprimindo a dicotomia entre formulador da demanda social e o seu reformulador político, através de mecanismos democráticos de autogestão pública, que a rede exercita na sua própria consistência.

A questão do político como uma integralidade que se origina da busca pela satisfação de necessidades econômicas é analisada por Sen (2000, p. 175) quando afirma existir “amplas inter-relações entre as liberdades políticas e a compreensão e satisfação das necessidades econômicas. As relações não são apenas instrumentais (as liberdades políticas podem ter o papel fundamental de fornecer incentivos e informações na solução de necessidades econômicas acentuadas), mas também construtivas”. Em última instância, continua o autor (2000, p. 175), “a intensidade das necessidades econômicas aumenta – e não diminui – a urgência das liberdades políticas.” Nas palavras de Mance (2002, p. 148-149),

com a promoção das liberdades pública e privada, o crescimento da rede amplia seu poder político – em razão de aglutinar um segmento cada vez maior da sociedade em torno da sua proposta de sociedade pós-capitalista, que começa a ser implementada em toda a parte em que surge uma célula solidária -, o que permite a constituição de um novo bloco social, capaz de promover revoluções molares, sustentadas por inúmeras revoluções micropolíticas de caráter molecular, e portanto de transformar a estrutura e a gestão dos governos e dos Estados.

No entanto, mesmo existindo as condições para o desenvolvimento das liberdades econômicas e políticas, faz-se necessário, para o pleno gozo destas capacidades, que haja um fluxo informacional de alta qualidade e confiabilidade. Significa dizer que dentro de uma proposta contra-hegemônica alternativa às práticas capitalistas é necessário “ter-se em mãos” um horizonte de conhecimento bastante vasto e eficiente, que possibilite que as reflexões, tomadas de decisões, estratégias a serem seguidas, etc., estejam amparadas em informações que permitam otimizar os mecanismos presentes na própria rede. Mance (2002, p. 149) alerta, todavia, que para a constituição deste “capital informacional” se torna necessária a democratização da educação e da informação, uma vez que, “mesmo havendo liberdade no ato de escolher, as escolhas acabam sendo induzidas por

aqueles que selecionam e fornecem algumas informações e não outras.” Em relação a este aspecto peculiar é necessário frisar, nas palavras do mesmo autor (2002, p. 149),

a relevância de uma das propriedades inerentes à rede que é o ininterrupto fluxo de informações. Promovendo a livre interação comunicativa entre os participantes das células, garantindo a todos as mediações materiais para a emissão e recepção das mensagens a qualquer participante da rede, ela sustenta o fluxo solidário de informações relevantes para as decisões particulares sobre todas as questões que se colocam a seus membros. Inúmeras células de serviço serão organizadas para atender demandas educativas, de qualificação profissional, de desenvolvimento artístico e científico – condições necessárias ao exercício da liberdade de cada um e ao bem viver de todos.

Em síntese, poder-se-ia afirmar que as redes de economia solidária, ao satisfazer determinadas condições materiais de sobrevivência para um grande horizonte de pessoas, inauguram a possibilidade de se (re)criarem outros tipos de mediações que visam ou possibilitam horizontes emancipatórios. Estas condições, seja dito, colocam-se como uma necessidade a ser desenvolvida e trabalhada no interior da própria rede, aperfeiçoando-a, fortalecendo-a e tornando-a realmente credível enquanto alternativa ao atual contexto líquido-moderno de exclusão.

Destaque-se, por fim, que a grandeza da proposta, permeada pelo incremento e pelo incentivo das muitas liberdades/capacidades dos indivíduos, reside primordialmente na articulação em uma rede mais ampla. Neste sentido faz-se necessário buscar uma lógica integradora que una as diversas experiências de economia solidária, que acontecem em âmbito local, em uma perspectiva interligada, em que se conecte a grande diversidade em uma ampla rede, ou uma rede de redes, que possibilite um alcance global. É importante frisar que, dentro deste horizonte, as inúmeras alternativas e experiências cultivadas em âmbito local constituem espaços altamente promissores dentro de uma proposta de mudança global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt . **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **Vida líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Liberdade ou capitalismo**: Ulrich Beck conversa com Johannes Wilms. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BEDIN, Gilmar Antonio. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. 2. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, Davia. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

GLOBAL EMPLOYMENT TRENDS 2008. Disponível em:
<<http://www.oitbrasil.org.br/download/globaltrends2008.pdf>> Acesso em 26 mar. 2008.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. Campinas, SP: [s.n.], 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

_____. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.** Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

MANCÉ, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *Consumo solidário.* 2002b.

Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>> Acesso em 05 fev. 2008.

_____. *Redes de colaboração solidária.* 2002c.

Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>> Acesso em 05 fev. 2008.

_____. *Economia solidária, revolução global e sociedades pós-capitalistas,* 2007.

Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>> Acesso em 05 fev. 2008.

MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia.** Tradução de Vasco Farinha. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural dos direitos humanos.** In: BALDI, César Augusto. *Direitos humanos na sociedade cosmopolita.* Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** 7.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.